

VIVA EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A. -

Relatório da Administração

CNPJ nº 10.642.915/0001-54

Aos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores e Outros Parceiros: Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S.as., as demonstrações contábeis e econômico-financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas da Administração, bem como do parecer dos auditores independentes. A Administração permanece à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

Ferraz de Vasconcelos, 15 de abril de 2025.

Cyro de Souza Nogueira Júnior - Presidente do Conselho de Administração

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	1.513.775	49.051.785
Contas a receber.....	4	-	335.298
Outros Ativos.....		290.589	333.005
Estoques.....	5	2.952.007	2.084.231
Impostos a recuperar.....		2.323	19.410
		4.758.694	51.823.729
Não circulante			
Partes relacionadas.....	11	58.069.980	7.889.428
Depósitos judiciais.....		17.555	17.555
Investimentos.....	6	167.644.845	165.823.818
Imobilizado.....	7	122.809	272.507
Intangível.....		1	1
		225.855.190	174.003.309
Total do ativo.....		230.613.884	225.827.038

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023....	15.088.266	188.039.677	-	203.127.943
Lucro líquido do exercício	-	-	27.066.037	27.066.037
Distribuição de lucros	-	(18.000.000)	-	(18.000.000)
Transferência do resultado do exercício....	-	27.066.037	(27.066.037)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024....	15.088.266	197.105.714	-	212.193.980

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em Reais)

1. Contexto operacional:

A Viva Empreendimentos e Administração de Bens S.A. é uma Sociedade anônima com sede na Estrada do Bandeirante, nº 1.401, Ferraz de Vasconcelos-SP. A Companhia tem como objeto social a compra, a venda, a locação e a administração de bens imóveis próprios, a participação no desenvolvimento de negócios imobiliários como parceiro ou investidor, a indústria por conta de terceiros, o comércio, importação, exportação e a representação de artefatos de plástico, metal ou madeira, jogos, brinquedos, passatempos e artigos para ginástica e esporte em geral, puericulturas, veículos tricíclos e implementos terrestres, náuticos e aeronáuticos, meios de transporte de propulsão muscular, bem como de todas as suas partes, componentes e acessórios, máquinas e implementos agropecuários, suas partes, componentes e acessórios, máquinas, equipamentos e dispositivos industriais suas partes e componentes e acessórios, artigos e utensílios de utilidades domésticas e produtos congêneres, confecções e acessórios em geral, prestação de serviços de intermediação de negócios e de compra e venda de produtos, por conta própria ou de terceiros, participação em outras sociedades como quotista e/ou acionista, prestação de serviços de reparação, conservação, manutenção e montagem de todos os produtos a serem comercializados e manufaturados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis - 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as práticas contábeis contidas na legislação societária brasileira, contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovadas pela Resolução CFC nº 2016/ NBC TG 1000 (R1), a qual aprova o pronunciamento técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo Internacionais (IASB) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, mensuração de provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os valores apresentados nas demonstrações estão expressos em Reais e resultam da acumulação de valores nominais, de acordo com as práticas contábeis. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que incluem todas as informações, foram aprovadas pela Administração em 15 de Abril de 2025.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis - a. Apuração do resultado:

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis:

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, naquilo que for aplicável, requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para desvalorização de estoques, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

c. Instrumentos financeiros:

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: Mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e mensurados ao valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Posteriormente ao reconhecimento inicial, estes instrumentos financeiros não derivativos são mensurados, conforme segue:

Empréstimos e recebíveis:

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos sobre a forma de adiantamento a fornecedores e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos concedidos sobre a forma de adiantamento a fornecedores e produtores e os recebíveis são contabilizados pelo valor das transações e atualizados quando aplicável, utilizando taxa de juros de mercado. A Companhia não teve e não tem instrumentos financeiros denominados "derivativos alavancados" em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como até a presente data.

d. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

e. Contas a receber:

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, o giro médio das contas a receber é de curto prazo, menos que 120 dias, não havendo a necessidade de ajuste a valor presente, inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Cálculo do valor presente: quando necessário, será efetuado com base em taxa de juros que reflita o prazo, a moeda e o risco das transações. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber será contra resultado, quando aplicável, e os efeitos, decorrentes destes ajustes conforme Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09, serão registrados contra reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi necessário o registro de ajuste a valor presente.

f. Estoques:

Os estoques são avaliados com base no custo de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de esteques contabilizados não excedem os valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foi necessário o reconhecimento de ajustes de estoques obsoletos e ajustes de produtos sem realização, por não existirem.

g. Investimentos:

Os investimentos em controladas com influência significativa ou

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

primos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião modificada.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião modificada. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião modificada.

Risco de distorção relevante resultante de fraude:

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião modificada sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião modificada, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira

Contador - CRC 1 SP 223326/O-3